



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

XLVI Concurso para o Ingresso na Magistratura
de Carreira do Estado do Rio de Janeiro

001. Prova objetiva

JUIZ SUBSTITUTO

INSTRUÇÕES

- Você recebeu sua folha de respostas e este caderno contendo 80 questões objetivas.
- Confira seu nome e número de inscrição impressos na capa deste caderno e na folha de respostas.
- Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala.
- Leia cuidadosamente todas as questões e escolha a resposta que você considera correta. Para cada questão existe apenas uma resposta correta.
- Marque, na folha de respostas, com caneta de tinta azul, preferencialmente, ou preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.
- Não será permitida consulta a livros, códigos, manuais, impressos ou anotações.
- A duração da prova é de 5 horas, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas.
- Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorrida 1 hora do início da prova, entregando ao fiscal a folha de respostas, este caderno e o rascunho do gabarito.
- Após transcorridas 2 horas do início da prova ou ao seu final, você entregará ao fiscal a folha de respostas e este caderno, e poderá, neste caso, levar o rascunho do gabarito localizado em sua carteira.
- Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

Aguarde a ordem do fiscal para abrir este caderno de questões

direito civil

1. Determinado Estado da Federação Brasileira resolve suprimir o direito dos servidores públicos estaduais à licença prêmio, que prevê que o servidor público estadual terá direito a três meses de licença-prêmio a cada cinco anos de serviço sem faltas injustificadas. Considerando a proteção conferida ao direito adquirido, no texto constitucional e na Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, o Estado
 - (A) poderá suprimir o benefício, que, no entanto, terá fruição assegurada para aqueles que, na data da entrada em vigor da nova lei, já haviam cumprido os requisitos legais, mas ainda não o tinham gozado.
 - (B) não poderá suprimir o benefício em relação àqueles que anteriormente haviam se beneficiado da licença-prêmio, mas ainda não preencheram o requisito temporal de 5 (cinco) anos para uma nova concessão.
 - (C) poderá suprimir o benefício, alcançando efeitos futuros e parcialmente retroativos, perdendo o direito aqueles que preenchiam os requisitos, mas ainda não tinham gozado da licença-prêmio.
 - (D) não poderá suprimir o benefício em relação aos servidores atualmente em exercício, em face do regime jurídico adquirido, podendo, no entanto, produzir efeitos para os novos ingressantes na Administração Pública.
2. Assinale a alternativa que corretamente discorre sobre os defeitos do negócio jurídico.
 - (A) É possível pleitear a anulação de ato jurídico em embargos de terceiro, com fundamento na alegação de fraude contra credores, pretensão esta que também pode ser deduzida, alternativamente, em ação pauliana.
 - (B) Nas hipóteses de lesão previstas no Código Civil, pode o lesionado optar por não pleitear a anulação do negócio jurídico, deduzindo, desde logo, pretensão com vista à revisão judicial do negócio por meio da redução do proveito do lesionador ou do complemento do preço.
 - (C) A simulação é uma causa de anulabilidade do negócio jurídico, que pode ser alegada por uma das partes contra a outra e, em sendo a simulação inocente, o negócio jurídico dissimulado poderá ser válido.
 - (D) A anterioridade do crédito que permite que o credor pleiteie a anulação do ato jurídico cujo objetivo seria praticar fraude contra credores decorre de haver sido reconhecido judicialmente tal crédito, ao tempo do ato tido como fraudulento.
3. A é credor de B, C, D e E, que são devedores solidários da quantia total de R\$ 1.000,00 (um mil reais). B falece e deixa como herdeiros BA e BB. A perdoa a dívida em relação a C e pactua com D uma nova garantia para o crédito. E torna-se insolvente. É correto afirmar em relação a essa obrigação solidária que
 - (A) A estipulação entre A e D, de estabelecer nova garantia para o crédito, não terá efeito em relação aos demais devedores, que não poderão ver suas situações agravadas se não manifestaram seu consentimento.
 - (B) BA e BB respondem pelo débito, até as forças da herança, sendo rompida a solidariedade com relação a eles e aos demais codevedores, respondendo cada um por sua quota.
 - (C) A insolvência de E será suportada pelo credor, que somente poderá exigir dos herdeiros de B e do devedor D o valor total da dívida, subtraídas as parcelas devidas pelos devedores C e E.
 - (D) C é considerado liberado da dívida pelo perdão de A, não sendo responsável, portanto, pela quota de E, que se tornou insolvente, pela qual responderão os herdeiros de B e o devedor D.
4. Nos contratos de execução continuada ou diferida, se a prestação de uma das partes se tornar excessivamente onerosa, com extrema vantagem para a outra, em virtude de acontecimentos extraordinários e imprevisíveis, poderá o devedor pedir
 - (A) o distrato.
 - (B) a rescisão unilateral do contrato.
 - (C) a resolução do contrato.
 - (D) a devolução parcial dos valores excedentes nas prestações pagas ao credor.
5. A falsificação de documentos para abertura de conta corrente
 - (A) é evento imprevisível, caracterizando hipótese de força maior, capaz de elidir o nexo de causalidade, requisito indispensável ao dever de indenizar.
 - (B) não isenta a instituição financeira da responsabilidade de indenizar, por constituir risco inerente à atividade por ela desenvolvida.
 - (C) é ato imputável a terceiros, assim ante a inexistência de ilícito praticado pela instituição bancária e nexo de causalidade, não há dever de indenizar.
 - (D) equipara-se ao furto ou ao roubo, constituindo-se todas estas hipóteses em excludentes do dever de indenizar.

6. Assinale a alternativa que versa corretamente sobre aspectos do direito à propriedade.
- (A) A vaga de garagem que possui matrícula própria no registro de imóveis constitui bem de família para efeito de penhora.
 - (B) Aquele que possuir coisa alheia móvel como sua, continuamente por 2 (dois) anos, com justo título e boa-fé, adquirir-lhe-á a propriedade.
 - (C) Os registros de propriedade particular de imóveis situados em terrenos de marinha são oponíveis à União.
 - (D) Na propriedade fiduciária, o contrato de alienação fiduciária em garantia pode ter por objeto bem que já inte-grava o patrimônio do devedor.
7. Mãe que possui a guarda unilateral de dois filhos, menores de 12 (doze) anos, oriundos de casamento anterior, contrai nova união. Tal fato
- (A) não repercute no direito de a mãe ter os filhos do leito anterior em sua companhia, salvo quando houver comprometimento da sadia formação e do integral desenvolvimento da personalidade destes.
 - (B) permite ao pai das crianças pleitear a guarda unilateral dos filhos, já que não é aconselhável a permanência com a mãe.
 - (C) poderá ser considerado para fins de modificação da guarda para os avós ou para pessoas com as quais a criança ou o adolescente mantenha vínculo afetivo, atendendo ao seu melhor interesse.
 - (D) permite que seja alterada a guarda para sua forma compartilhada, a fim de que seja atendido o princípio do melhor interesse.
8. Sendo o legado coisa certa e determinada deixada a alguém, denominado legatário, em testamento ou codicilo, é correto afirmar que
- (A) as benfeitorias necessárias, úteis ou voluptuárias, apesar de serem bens acessórios, não aderem ao imóvel legado.
 - (B) em se tratando de legado de alimentos, não é possível presumi-lo como vitalício, ainda que o testador não tenha disposto expressamente acerca disso.
 - (C) o legado pode recair sobre coisa alheia, cabendo ao herdeiro a obrigação de adquirir a coisa alheia, por conta do espólio, para entregá-la ao legatário.
 - (D) qualquer pessoa, natural ou jurídica, simples ou empresária, pode ser contemplada com legado, podendo, assim, o herdeiro cumular a qualidade de legatário.
9. O procedimento de apuração de irregularidade em entidade governamental e não-governamental de atendimento ao idoso
- (A) a autoridade judiciária não poderá fixar prazo para a remoção das irregularidades verificadas, a fim de extinguir o processo sem resolução de mérito por satisfação das exigências formuladas.
 - (B) terá início mediante petição fundamentada de pessoa interessada ou iniciativa do Ministério Público.
 - (C) poderá convolar em aplicação de multa e de advertência, impostas ao responsável pelo programa de atendimento e à autoridade administrativa responsável pela fiscalização da entidade não-governamental.
 - (D) se desenvolverá de forma sumária, não cabendo afastamento provisório de dirigente da entidade, apenas o afastamento definitivo, se assim for determinado na sentença.
10. Não se conformando o apresentante de título para registro com a exigência do oficial, ou não a podendo satisfazer, será o título, a seu requerimento e com a declaração de dúvida, remetido ao juízo competente para dirimi-la, sendo certo afirmar que
- (A) a decisão da dúvida tem natureza administrativa e não impede o uso do processo contencioso competente.
 - (B) se o interessado não impugnar a dúvida no prazo legal, será ela, ainda assim, julgada por sentença, que procederá a extinção do expediente sem resolução de mérito.
 - (C) da sentença que decidir a dúvida, poderão interpor apelação, com efeito meramente devolutivo, o interessado, o Ministério Público e o terceiro prejudicado.
 - (D) se o apresentante desistir de seu registro, a importância relativa às despesas já pagas não será restituída, mesmo que superior à quantia correspondente às buscas e à prenotação.

Direito Processual Civil

- 11.** Em matéria de defesa, entende-se por princípio da eventualidade
- (A) a garantia do exercício do contraditório, caso o autor apresente novos documentos, na fase de instrução processual.
 - (B) a prerrogativa do réu de não ser compelido a produzir prova contra si.
 - (C) o dever do réu de alegar, na contestação, toda a matéria que lhe aproveita, sob pena de preclusão.
 - (D) a faculdade do réu de apresentar reconvenção em substituição à contestação.
- 12.** Assinale a alternativa correta, de acordo com a lei que disciplina a ação civil pública (Lei n.º 7.347/1985).
- (A) As pessoas jurídicas de direito público interno não possuem legitimidade para ajuizar ação civil pública.
 - (B) Figurando a União em um dos polos da demanda, a competência será do juiz estadual do local onde ocorreu o dano, sempre que a comarca não seja sede de vara da justiça federal.
 - (C) A liminar concedida poderá ter sua execução suspensa pelo presidente do tribunal competente, mediante requerimento de pessoa jurídica de direito público, para evitar grave lesão à ordem, à saúde, à segurança e à economia pública.
 - (D) O objeto da ação civil pública será condenação em dinheiro, sendo vedados pedidos de obrigação de fazer ou não fazer.
- 13.** Acerca do conflito de competência, assinale a alternativa correta.
- (A) Quando o conflito for positivo, não se admite exceção declinatória de foro.
 - (B) O conflito de competência entre juízes vinculados a tri-bunais diversos será submetido à apreciação do Supremo Tribunal Federal.
 - (C) A controvérsia, entre juízes, acerca da reunião ou separação de processos, não configura conflito de competência.
 - (D) Nos conflitos de competência, é obrigatória a participação do Ministério Público, sob pena de nulidade.
- 14.** O chamamento ao processo, considerado como espécie de intervenção de terceiros no processo, é cabível:
- (A) para a citação dos demais fiadores, quando apenas um deles figurar, originalmente, no polo passivo.
 - (B) na hipótese de ação ajuizada em face do detentor de coisa alheia, como se sua fosse.
 - (C) para chamar ao processo aquele que, pela lei ou pelo contrato, tem obrigação de indenizar, em ação regressiva, o prejuízo do que perder a demanda.
 - (D) pelo evicto, na ação em que o terceiro reivindica a coisa alienada.
- 15.** No que tange à citação e ao prazo para apresentação de defesa, assinale a alternativa correta.
- (A) No processo de execução não se admite a citação por hora certa.
 - (B) Na citação por edital, o prazo para apresentação de defesa inicia-se da última publicação no jornal local.
 - (C) Quando a ré for pessoa jurídica de direito público, a citação poderá se dar pelos correios ou por oficial de justiça.
 - (D) A citação ordenada por juiz incompetente é hábil à interrupção da prescrição.
- 16.** Acerca da antecipação de tutela e outras providências de caráter liminar, assinale a alternativa correta.
- (A) Admite-se que o juiz determine medidas cautelares de ofício, ainda que não haja previsão legal, com base no poder geral de cautela.
 - (B) Pode o juiz antecipar os efeitos da tutela no que tange aos pedidos incontroversos.
 - (C) O manifesto comportamento protelatório do réu não é causa de antecipação dos efeitos da tutela, ressalvada a possibilidade de condená-lo por litigância de má-fé.
 - (D) Na ação de manutenção ou reintegração de posse de força nova, cabe ao juiz constatar ou não o preenchimento dos requisitos legais, deferindo ou não a liminar, sem a possibilidade de designação de audiência de justificação.
- 17.** De acordo com as alterações promovidas pela Lei n.º 11.232/2005, assinale a alternativa correta acerca da fase de cumprimento de sentença.
- (A) A sentença arbitral é considerada, para todos os efeitos, título executivo extrajudicial.
 - (B) Não se admite impugnação ao cumprimento de sentença, em qualquer hipótese, com fundamento na ilegitimidade da parte.
 - (C) Considera-se inexigível o título judicial cujo fundamento foi arquitetado em dispositivo declarado inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal, em controle concentrado de constitucionalidade.
 - (D) Na execução provisória da sentença, é vedada a alienação de propriedade, ainda que o exequente preste caução.

18. Ao longo do tempo, o processo civil brasileiro passou por mudanças, com o objetivo de melhor cumprir os princípios da celeridade e economia processual, bem como alcançar a desejável “verdade real”. Neste contexto surgiu a teoria da distribuição dinâmica do ônus probatório, que consiste, em suma,

- (A) na valorização da prova indiciária produzida por uma das partes, quando da avaliação do integral conjunto probatório.
- (B) na atribuição de hierarquia às espécies de provas, pelo juiz, de acordo com as circunstâncias e peculiaridades do caso concreto.
- (C) na inversão do ônus da prova, a critério do juiz, quando se verificar a hipossuficiência técnica, jurídica ou financeira de uma das partes.
- (D) na flexibilização da tradicional distribuição do ônus probatório, de acordo com as circunstâncias fáticas e atributos de cada uma das partes.

19. Assinale a alternativa correta acerca dos embargos de terceiro.

- (A) O prazo para resposta do embargado é igual ao prazo para apresentação de defesa em procedimento comum que segue o rito ordinário.
- (B) Não se admitem embargos de terceiro pelo cônjuge, quando o fundamento é a proteção de bens que integram sua meação.
- (C) Os embargos de terceiro podem ser opostos a qualquer tempo, seja na fase de conhecimento, fase de execução ou processo de execução.
- (D) Admite-se a prova testemunhal nos embargos de terceiro.

20. Determinada pessoa ingressou com medida judicial para discutir disposições contratuais. Citado, em sua defesa, o réu confeccionou preliminar, arguindo a existência de cláusula arbitral. Partindo das premissas de que o contrato é paritário e que a cláusula arbitral abrange a totalidade da lide, deverá o juiz:

- (A) suspender o processo até que se decida o mérito no juízo arbitral, aguardando-se a sentença para execução no Poder Judiciário.
- (B) extinguir o processo, sem resolução de mérito.
- (C) fixar os pontos controvertidos e remeter os autos para a câmara arbitral indicada na cláusula ou pelas partes.
- (D) sanear o processo e determinar a produção de provas, remetendo os autos, em seguida, para a câmara arbitral indicada na cláusula ou pelas partes.

Direito do Consumidor

21. A respeito das sanções administrativas reguladas pelo sistema jurídico de proteção ao consumidor, é correto afirmar que

- (A) a multa, a suspensão temporária de atividade e a inutilização do produto são espécies de sanções administrativas que não podem, porém, ser aplicadas cumulativamente pela autoridade competente.
- (B) é de competência exclusiva da União baixar normas re-lativas à produção, industrialização, distribuição e ao consumo de produtos e serviços, com vistas à aplicação de eventuais sanções administrativas aos fornecedores que as descumprirem.
- (C) as penas de cassação de alvará de licença, de interdição e de suspensão temporária da atividade, bem como a de intervenção administrativa, serão aplicadas mediante procedimento administrativo, assegurada ampla defesa, quando o fornecedor reincidir na prática das infrações de maior gravidade previstas na legislação consumerista.
- (D) a pena de multa deverá ser graduada de acordo com a gravidade da infração, a vantagem auferida e a condição econômica do fornecedor; e reverterá exclusivamente para o fundo único nacional de defesa do consumidor de que trata a lei da ação civil pública.

22. A respeito dos crimes contra as relações de consumo, assinale a alternativa correta.

- (A) A prática em época de crise econômica, a ocorrência de grave dano coletivo e a prática por pessoa cuja condição econômico-social seja igual à da vítima, são circunstâncias agravantes.
- (B) Se assim recomendar a situação econômica do indiciado ou réu, a fiança poderá ser reduzida até a metade do seu valor mínimo, ou aumentada pelo juiz até trinta vezes.
- (C) Além das penas privativas de liberdade e de multa, pode ser imposta, apenas alternadamente, a publicação, em órgãos de comunicação de grande circulação ou audiência, às expensas do condenado, de notícia sobre os fatos e a condenação.
- (D) No processo penal, o Procon poderá intervir, como assistente do Ministério Público, sendo-lhe, também, facultado propor ação penal subsidiária, se a denúncia não for oferecida no prazo legal.

23. No que tange às relações de consumo, é correto afirmar que
- (A) a Anatel será sempre parte legítima nas demandas entre a concessionária e o usuário de telefonia decorrentes de relação contratual de consumo.
 - (B) as instituições financeiras respondem objetivamente pelos danos gerados por fortuito interno relativo a fraudes e delitos praticados por terceiros no âmbito de operações bancárias.
 - (C) a decadência sobre o direito de reclamar pelos vícios aparentes ou de fácil constatação é aplicável à prestação de contas para obter esclarecimentos sobre cobrança de taxas, tarifas e encargos bancários.
 - (D) reconhecida a conexão, necessariamente, devem ser reunidas na Justiça Federal as ações civis públicas ou coletivas propostas nesta e na Justiça Estadual.

24. No que concerne às cláusulas abusivas, constantes de contratos de consumo, assinale a alternativa correta.

- (A) Nos contratos bancários, é lícito ao julgador conhecer, de ofício, da abusividade das cláusulas.
- (B) É abusiva a cláusula contratual de plano de saúde que limita no tempo a internação hospitalar do segurado, desde que não seja dado prévio conhecimento da íntegra do contrato de adesão ao consumidor.
- (C) A nulidade de uma cláusula contratual abusiva não invalida o contrato, exceto quando de sua ausência, apesar dos esforços de integração, decorrer ônus excessivo a qualquer das partes.
- (D) As cláusulas abusivas constantes de contratos de adesão, se redigidas com destaque, permitindo sua imediata e fácil compreensão pelo consumidor, tornar-se-ão válidas.

Direito da Criança e do Adolescente

25. No tocante aos direitos fundamentais da criança e do adolescente previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente, pode-se afirmar que

- (A) é de progressiva universalização o atendimento de crianças de zero a seis anos de idade em creche e pré-escola.
- (B) é proibido qualquer trabalho a menores de quatorze anos de idade, inclusive na condição de aprendiz.
- (C) é obrigatória a vacinação das crianças nos casos recomendados pelas autoridades sanitárias.
- (D) é permitida a colocação de criança ou adolescente em família substituta para fins exclusivamente previdenciários, quando comprovada a falta ou carência de recursos materiais dos pais.

26. Dispõe o Estatuto da Criança e do Adolescente acerca de viagem de criança ou adolescente para o exterior:

- (A) requer-se autorização judicial para criança ou adolescente viajar ao exterior apenas quando for realizada na companhia do responsável.
- (B) o detentor da guarda poderá opor-se a saída de criança ou adolescente na companhia de seus pais.
- (C) a autorização para viagem internacional concedida por ambos os pais é exigível para criança acompanhada por terceiros e dispensável em caso de viagem de adolescente sozinho ao exterior.
- (D) a saída de criança ou de adolescente nascido no Brasil, na companhia de estrangeiro residente ou domiciliado no exterior, requer declaração de ambos os pais com firma reconhecida.

27. Assinale a alternativa correta acerca das atribuições do juiz da infância e da juventude no Estatuto da Criança e do Adolescente.

- (A) O processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar será realizado sob presidência do juiz da infância e da juventude e fiscalização do Ministério Público.
- (B) O registro dos programas das entidades de acolhimento será feito perante o juiz da infância e da juventude, o qual comunicará a existência deles ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e ao Conselho Tutelar.
- (C) A participação de criança em programa televisivo na companhia dos pais ou responsável requer obrigatoriamente alvará judicial, salvo quando houver prévia portaria do juiz da infância e da juventude regulando previamente a atividade.
- (D) O juiz da infância e da juventude competente para conhecimento de ato infracional é o do lugar da ação ou omissão, observadas as regras de conexão, continência e prevenção.

28. Quanto aos crimes e infrações administrativas previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente, pode-se afirmar, corretamente, que

- (A) a divulgação indevida de nome de adolescente a quem se atribua a prática de ato infracional por qualquer meio de comunicação é infração administrativa sujeita à multa de três a vinte salários de referência, aplicando-se o dobro em caso de reincidência.
- (B) é de ação pública incondicionada a apuração de crime praticado por médico, professor ou responsável por estabelecimento de atenção à saúde e de ensino fundamental, pré-escola ou creche, que não comunica à autoridade competente os casos de que tenha conhecimento, envolvendo suspeita ou confirmação de maus-tratos contra criança ou adolescente.
- (C) a apreensão ilegal de criança ou adolescente é conduta atípica pela inexistência de pretensão punitiva pelo Estado.
- (D) é infração administrativa sujeita à multa de três a vinte salários de referência, aplicando-se o dobro, em caso de reincidência, a conduta de jornalista que vende revista que contenha cena de sexo explícito envolvendo adolescente.

Direito Penal

29. Maria, 22 anos, aos 7 meses de gestação decide pra-ticar um aborto em si mesma. Para tanto, pede e obtém auxílio de sua irmã Ana, 24 anos, que adquire medica-mento abortivo. Sem muita coragem, mas mantendo seu propósito inicial, Maria pede a Ana que lhe administre a substância, de forma endovenosa, o que é feito. Quando se inicia a expulsão do feto, ambas arrependem-se da prática, e procuram um serviço médico em busca de auxílio. O feto é expulso no hospital, mas em virtude do seu já adiantado- estado de desenvolvimento, sobrevive sem sequelas. Maria, em razão da ação do medicamento abortivo, sofre uma histerectomia. Diante desse quadro, Maria
- (A) será punida por auto-aborto, e Ana, por provocar aborto com consentimento de terceiro, mas ambas na modali-dade tentada (tentativa imperfeita).
 - (B) e Ana não serão punidas, em virtude do arrependimento posterior.
 - (C) não será punida, em virtude do arrependimento eficaz, e Ana será punida por lesão corporal gravíssima (perda de função reprodutiva).
 - (D) responderá por aborto tentado (tentativa imperfeita) em concurso com Ana.
30. Imagine que João e Pedro, ambos enfermeiros, são desafe-tos de longa data. Em determinado dia em que João estava concentrado, aplicando uma injeção em um paciente de nome José, Pedro aproxima-se sorrateiramente e desfere facada contra João, com o fim de provocar lesão. Posteriormente, descobre-se que João, no momento em que recebeu o golpe desferido por Pedro, estava inoculando em José poderoso veneno, intencionalmente, a fim de matá-lo – posto- que fora “contratado” por familiares de José para tirar-lhe a vida. A ação criminosa de João foi interrompida pelo golpe de Pedro. Em suma: sem saber que José estava a sofrer aten-tado contra a vida, Pedro acabou salvando-o e, ao mesmo tempo, executou seu plano de ofender a integridade física de João, que sofreu lesão leve. Diante dessa hipótese, é correto afirmar que
- (A) a corrente doutrinária que defende a desnecessidade de *animus defendendi* para a caracterização da legítima defesa foi expressamente adotada pelo texto que reformou a parte Geral do CP em 1984, com o que é consi-derada ilícita a conduta de Pedro.
 - (B) a doutrina historicamente divergiu acerca da necessidade- do *animus defendendi* na legítima defesa, mas hoje a questão está pacificada, no sentido de se exigi-lo, com o que a ação de Pedro estaria acobertada pela legítima defesa.
 - (C) Pedro atuou circunstanciado por erro acerca de causa de justificação, em defesa putativa de bem jurídico de terceiro, com o que deve ser aplicada a pena do crime culposo de lesão corporal.
 - (D) à luz estritamente do quanto determina o texto do CP, não se exige prévia ciência da situação de risco do direito para que se considere a ação de Pedro praticada em legítima defesa, com o que ficaria afastada a ilici-tude de sua conduta.
31. Márcio e Rodrigo, vizinhos, divulgaram comunicado no condomínio onde residem, em que narram que a síndica, Tatiana, apropriou-se de valores em detrimento dos condô-minos. Estão sendo processados por Tatiana, em ação pe-nal privada, pelo crime de calúnia. No curso do processo e antes da sentença de primeiro grau, Márcio e Tatiana ficam noivos. Diante da notícia desse fato no processo, trazida pelo Ministério Público, o Juiz deve considerar que
- (A) Márcio foi perdoado, extinguindo imediatamente sua punibilidade e deve intimar Rodrigo para que aceite ou não o perdão.
 - (B) Márcio foi perdoado, estendendo tal benesse a Rodrigo, e deve, imediatamente, extinguir a punibilidade de ambos.
 - (C) Márcio foi perdoado, estendendo tal benesse a Rodrigo, e deve intimá-los para que aceitem ou não o perdão.
 - (D) o fato comunicado não traz qualquer consequência à punibilidade dos querelados e deve dar seguimento ao processo.
32. Determinado sujeito, que acabara de se desiludir amoro-samente, decide matar sua até então namorada. Toma empre-sado o automóvel de seu vizinho e, durante o trajeto, por descuido, abalroa gravemente um outro veículo, causando sério prejuízo material. Mas, faltando-lhe coragem para con-sumar o homicídio, estaciona próximo a um bar, às portas da casa de sua ex-namorada e intencionalmente se embriaga, a fim de ganhar valentia para executar seu plano. Abandona o veículo, vai a pé até a casa da ex-namorada e, mediante asfixia, tira-lhe a vida. À luz do Direito Penal, o sujeito cometeu
- (A) dano e homicídio qualificado pela asfixia, em concurso material.
 - (B) homicídio qualificado pela asfixia e agravado pela embriaguez pré-ordenada.
 - (C) homicídio qualificado pela asfixia.
 - (D) dano e homicídio duplamente majorado, pela embria-guez dolosa e asfixia.
33. Nos estritos termos do CP, aquele que faz ligação clandestina de energia elétrica junto a poste instalado na via pública e a utiliza em proveito próprio
- (A) comete fato típico equiparado a apropriação indébita.
 - (B) não comete crime algum, por falta de expressa previsão legal.
 - (C) comete estelionato.
 - (D) comete fato típico equiparado a furto.
34. Caio (21 anos) furta seu irmão Mévio (19 anos). É correto afirmar que a ação penal é pública
- (A) condicionada a representação e incidirá agravante pelo parentesco.
 - (B) e Caio é isento de pena.
 - (C) incondicionada, mas sujeita a perdão do ofendido.
 - (D) e incide atenuante pela idade.

35. De acordo com entendimento recentemente sumulado pelo STJ, o crime de corrupção de menores do art. 244-B da Lei n.º 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente), é delito _____ e, portanto, para sua configuração, _____ da prova da efetiva corrupção do menor.
- Completam, correta e respectivamente, as lacunas as expressões contidas em
- (A) material ... depende
 - (B) formal ... depende
 - (C) formal ... independe
 - (D) material ... independe
36. Motosserra, madeira e animal silvestre são apreendidos em operação policial para combate a crimes ambientais. Nos estritos termos do quanto determina o art. 25 da Lei n.º 9.605/98, tais coisas podem, entre outras soluções, respectivamente, ser objeto de
- (A) doação para instituição beneficente; avaliação e venda; libertação em seu *habitat*.
 - (B) avaliação e venda; avaliação e venda; avaliação e venda para agentes credenciados pelos órgãos de defesa do meio ambiente.
 - (C) reciclagem e venda; avaliação e doação para instituição beneficente; libertação em seu *habitat*.
 - (D) destruição e venda como sucata; avaliação e venda ou doação; entrega a jardim zoológico.

Direito processual Penal

37. No processo penal, o perito
- (A) pode ser considerado suspeito, mas nunca impedido.
 - (B) pode ser ouvido em audiência e pode, inclusive, ter determinada sua condução coercitiva.
 - (C) deve, quando trabalha em dupla, chegar a um consenso com seu colega acerca do objeto da perícia, não podendo apresentar laudo divergente em separado.
 - (D) deve prestar compromisso para cada trabalho, ainda que seja perito oficial.
38. Em processo que tramita pelo rito comum ordinário, que conta com 3 (três) acusados e um assistente do Ministério Público que faz uso da palavra, o tempo reservado ao defensor de cada acusado nos debates orais, como regra, é de
- (A) 15 (quinze).
 - (B) 20 (vinte).
 - (C) 10 (dez).
 - (D) 30 (trinta).

39. Estritamente de acordo com os respectivos textos legais, independe de prévia manifestação do Ministério Público a decisão que
- (A) conceder livramento condicional.
 - (B) admitir Assistente do Ministério Público.
 - (C) decretar prisão preventiva no curso de ação penal.
 - (D) decretar prisão temporária por representação da autoridade policial.
40. Após respectivo trânsito em julgado, a impronúncia do acusado, no rito do Tribunal do Júri, acarreta, diretamente, a
- (A) impossibilidade de o réu ser novamente processado pelo mesmo fato, a menos que surja prova nova.
 - (B) extinção da punibilidade.
 - (C) absolvição.
 - (D) exclusão da ilicitude.
41. Recurso que exige concomitante interposição e apresentação de razões:
- (A) recurso em sentido estrito no rito ordinário.
 - (B) apelação no rito ordinário.
 - (C) apelação no rito sumaríssimo.
 - (D) apelação no rito sumário.
42. Nos exatos termos do quanto determina o art. 564 do CPP, acarreta a nulidade do processo que chega a termo com sentença condenatória a ausência
- (A) de representação da vítima, no crime de lesão corporal culposa.
 - (B) de pedido condenatório, em ação pública incondicionada.
 - (C) do exame de corpo de delito, no crime de homicídio doloso.
 - (D) de interrogatório, em qualquer situação.
43. De acordo com entendimento sumulado pelo STJ, a suspensão do prazo prescricional na hipótese do acusado citado por edital que não comparece ao processo e nem constitui defensor
- (A) é indeterminada.
 - (B) é de 20 (vinte) anos.
 - (C) deve ser definida caso a caso, ao prudente arbítrio do magistrado.
 - (D) regula-se pelo máximo da pena cominada.

44. De acordo com entendimento sumulado pelo STF, é de competência da Justiça Federal processar e julgar crimes de tráfico de drogas, desde que haja remessa do entorpecente para o
- (A) exterior, e desde que seja praticado por associação transnacional.
 - (B) exterior, ou entre Estados dentro do país, ou entre Municípios.
 - (C) exterior.
 - (D) exterior, ou entre Estados dentro do país.

Direito Constitucional

45. Uma, de fundo puramente liberal, ampliou o municipalismo e incorporou importante capítulo relativo à declaração de direitos- e suas garantias. Outra mostrou força renovadora na solução social apresentada em seu contexto, com capítulos novos inspirados na Constituição alemã de Weimar. Essas afirmações estão, correta e respectivamente, relacionadas às Constituições brasileiras de
- (A) 1891 e 1934.
 - (B) 1946 e 1988.
 - (C) 1824 e 1891.
 - (D) 1934 e 1937.
46. Assinale a alternativa correta a respeito do controle incidental de constitucionalidade no direito brasileiro.
- (A) Semelhantemente ao controle concentrado, o controle de constitucionalidade incidental é restrito às normas e atos produzidos durante a vigência da atual Constituição Federal.
 - (B) A cláusula de reserva de plenário pode ser afastada pelo órgão fracionário do tribunal quando houver pronuncia-mento anterior do STF a respeito da inconstitucionalidade da lei ou do ato normativo.
 - (C) A ação declaratória ordinária não pode ser utilizada como instrumento processual para obter a pronúncia de inconstitucionalidade de lei ou ato que seja contrário à Constituição.
 - (D) O controle incidental, a ser feito no processo judicial, dependerá de alegação concreta de um dos litigantes, não podendo o juiz ou o tribunal recusar a aplicação do ato ou da lei, a despeito do eventual silêncio das partes.

47. A propósito da ação direta de inconstitucionalidade, é correto afirmar que
- (A) a concessão de liminar em sede de medida cautelar na ação não admite a restauração de vigência da legislação anterior, acaso existente, o que somente ocorrerá no julgamento definitivo de procedência do pedido da ação.
 - (B) são passíveis de ser objeto da ação: as leis e os atos normativos federais e estaduais, medidas provisórias, decreto do Chefe do Executivo que promulga tratados e convenções e emendas constitucionais.
 - (C) precisam demonstrar pertinência temática para a propo-situra da ação os seguintes legitimados: governador de Estado; Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil; partido político com representação no Congresso Nacional; e confederação sindical ou entidade de classe de âmbito nacional.
 - (D) nas ações propostas por Estado da Federação, a petição inicial deve ser firmada, exclusivamente, pelo Procurador-Geral do Estado em nome do Governador.
48. No tocante às normas constitucionais referentes ao processo legislativo, assinale a alternativa correta.
- (A) Se a medida provisória não for apreciada em até cento- e vinte dias contados de sua publicação, entrará em regime- de urgência, subsequentemente, em cada uma das Casas do Congresso Nacional, ficando sobrestadas, até que se ultime a votação, todas as demais delibera-ções legislativas da Casa em que estiver tramitando.
 - (B) O projeto de lei aprovado por uma Casa será revisto pela outra, em um só turno de discussão e votação, e enviado à sanção ou promulgação, se a Casa revisora o aprovar, ou, se o projeto for emendado ou rejeitado, voltará à Casa iniciadora.
 - (C) São de iniciativa privativa do Presidente da República,- entre outras, as leis que disponham sobre organização do Ministério Público e da Defensoria Pública da União, bem como normas gerais para a organização do Minis- tério Público e da Defensoria Pública dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios.
 - (D) É vedada a edição de medidas provisórias, entre outras, sobre matéria relativa a: direito eleitoral, direito civil, direito penal, direito processual penal, direito processual civil e organização do Poder Judiciário e do Ministério Público, a carreira e a garantia de seus membros.

49. Assinale a alternativa correta a respeito da Convenção Americana de Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica).
- (A) A decisão da Corte Interamericana caracteriza-se por ser definitiva e inapelável, cabendo ao Estado-parte seu imediato cumprimento.
 - (B) A Convenção proibiu a pena de morte para todo e qual-quer tipo de crime e determinou a sua abolição por todos- os Estados-partes que a adotem.
 - (C) Para a Comissão Interamericana aceitar uma petição na qual se alegue violação de um direito, é necessário que o Estado-parte se manifeste oficialmente, afirmando que não conseguiu solucionar a questão.
 - (D) A convenção proibiu a prisão civil por dívidas, mesmo aquelas relativas ao depositário infiel e em razão de inadimplemento de obrigação alimentar.
50. De acordo com o texto constitucional, lei complementar, de iniciativa do Supremo Tribunal Federal, disporá sobre o Estatuto- da Magistratura, observados, entre outros, os seguintes princípios:
- (A) nos tribunais com número superior a vinte e cinco julgadores, poderá ser constituído órgão especial, com o mínimo de onze e o máximo de vinte e cinco membros, para o exercício das atribuições administrativas e jurisdicionais- delegadas da competência do tribunal pleno, provendo-se metade das vagas por antiguidade, e a outra- metade por merecimento.
 - (B) todos os julgamentos dos órgãos do Poder Judiciário serão públicos, e fundamentadas todas as decisões, sob pena de nulidade, podendo a lei limitar a presença, em determinados atos, às próprias partes e a seus advoga-dos, ou somente a estes, em casos nos quais a preserva-ção do direito à intimidade do interessado no sigilo não prejudique o interesse da Administração Pública.
 - (C) um quinto dos lugares dos Tribunais Regionais Federais, dos Tribunais dos Estados, e do Distrito Federal e Territórios será composto de membros, do Ministério Público, com mais de dez anos de carreira, e de advoga-dos de notório saber jurídico e de reputação ilibada, com mais de dez anos de efetiva atividade profissional, indicados em lista sêxtupla pelos órgãos de representa-ção das respectivas classes.
 - (D) o ato de remoção, disponibilidade, demissão e aposenta-doria do magistrado, por interesse público, fundar-se-á em decisão por voto da maioria absoluta do respectivo tribunal ou do Conselho Nacional de Justiça, assegurada ampla defesa.
51. A propósito das garantias constitucionais dos direitos funda-mentais, é correto afirmar que
- (A) se aplicam à ação popular as regras do Código de Pro-cesso Civil, naquilo em que não contrariem a natureza específica da ação popular, sendo que esta prescreverá em dez anos.
 - (B) a sentença na ação popular terá eficácia de coisa julgada oponível *erga omnes*, exceto no caso de haver sido a ação julgada improcedente em seu mérito; neste caso, qualquer cidadão poderá intentar outra ação com idên- tico fundamento, valendo-se de nova prova.
 - (C) das decisões em mandado de segurança proferidas em única instância pelos tribunais cabe recurso espe- cial e extraordinário, nos casos legalmente previstos, e recurso- extraordinário, quando a ordem for denegada.
 - (D) não será concedida medida liminar em mandado de segurança- que tenha por objeto a compensação de créditos tributários, a entrega de mercadorias e bens provenientes do exterior, a reclassificação ou equipara-ção de servidores públicos e a concessão de aumento ou a extensão de vantagens ou pagamento de qualquer natureza.
52. Assinale a alternativa que está de acordo com o disposto na Constituição Federal.
- (A) É vedado às universidades e às instituições de pesquisa científica e tecnológica admitir professores, técnicos e cientistas estrangeiros.
 - (B) As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios desti- nam-se à sua posse permanente, cabendo-lhes o usufruto- exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes.
 - (C) As pessoas físicas que praticarem condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente ficarão sujeitas- às respectivas sanções penais e administrativas, e as pessoas jurídicas serão obrigadas, exclusivamente, a reparar- os danos causados ao meio ambiente.
 - (D) Os Municípios atuarão prioritariamente no ensino fun- damental e na educação infantil, enquanto os Estados e o Distrito Federal atuarão exclusivamente nos ensinos fundamental e médio.

Direito Eleitoral

53. Assinale a alternativa correta.

- (A) O Tribunal Superior Eleitoral, os Tribunais Regionais Eleitorais e os Juízes Eleitorais detêm atribuição para responder consultas eleitorais, desde que elaboradas por autoridade pública, candidato ou partido político, e de questões em tese.
- (B) A capacidade eleitoral ativa consiste nos direitos políticos do cidadão de votar e ser votado.
- (C) São aplicáveis aos indígenas integrados, reconhecidos nos termos da legislação especial, as exigências impostas para o alistamento eleitoral.
- (D) A competência para que dois partidos discutam determinada pretensão na via judicial é exclusiva da Justiça Eleitoral pela natureza da causa.

54. A respeito das condições de elegibilidade, é correto afirmar que

- (A) o cidadão nacional deve ter, no mínimo, 18 anos para concorrer aos cargos de Deputado Federal, Deputado Estadual ou Distrital.
- (B) as condições de elegibilidade devem ser aferidas no momento da formalização do pedido de registro da candidatura, ressalvados os prazos mínimos de alistamento, domicílio eleitoral e filiação partidária, apurados no dia do pleito, e idade mínima apurada no momento da posse.
- (C) os Magistrados, representantes do Ministério Público e membros de Tribunais de Contas podem concorrer às eleições, desde que tenham o deferimento de sua filiação a um partido político há pelo menos um ano antes do pleito e se desincompatibilizem de suas funções.
- (D) o brasileiro pode concorrer às eleições na circunscrição eleitoral em que for domiciliado, desde que comprovado esse domicílio pelo menos até a data do fechamento do cadastro eleitoral.

55. É correto afirmar que

- (A) o recurso impetrado contra decisões terminativas de ação de investigação judicial eleitoral será recebido nos efeitos suspensivo e devolutivo pelo juízo de origem.
- (B) o Corregedor Regional Eleitoral é o competente para apreciar as ações de investigação judicial eleitoral por abuso do poder econômico ou político, em detrimento da liberdade do voto, tanto nas eleições municipais como nas gerais.
- (C) para caracterização da captação ilícita de sufrágio é desnecessário o pedido explícito de votos, bastando a evidência do dolo consistente no especial fim de agir.
- (D) são inelegíveis os que forem condenados, em decisão transitada em julgado pela Justiça Eleitoral, por corrupção eleitoral, por captação ilícita de sufrágio, por doação, captação ou gastos ilícitos de recursos de campanha ou por conduta vedada aos agentes públicos em campanhas eleitorais que impliquem cassação do registro ou do diploma, - pelo prazo de seis anos a contar da eleição.

56. Assinale a alternativa correta.

- (A) Quando o Código Eleitoral não especificar o *quantum* da atenuante ou agravante da pena, deve o juiz fixá-las entre um sexto e dois terços.
- (B) É permitida a locação de espaço privado para propaganda de campanha eleitoral desde que o valor da locação, o nome e o número do cadastro de pessoas físicas do locador constem da prestação de contas como gasto de campanha.
- (C) A propaganda eleitoral tempestiva de candidato a cargo eletivo é aquela permitida somente a partir da respectiva escolha pela convenção.
- (D) Sempre que o Código Eleitoral não indicar grau mínimo será ele de quinze dias para a pena de detenção e de um ano para a de reclusão.

Direito Empresarial

57. Conforme expressa previsão da lei que disciplina a ação renovatória de locação não residencial, é correto afirmar que

- (A) nas locações de espaço em *shopping centers*, o locador não poderá recusar a renovação do contrato sob alegação de uso próprio.
- (B) a defesa do locador é adstrita às hipóteses previstas na lei de locações, visto constituírem *numerus clausus*.
- (C) o prazo do contrato a renovar pode ser determinado ou indeterminado.
- (D) não poderá ser exercida pelos cessionários ou sucessores da locação.

58. Considera-se complexo de bens organizado para o exercício da empresa, por empresário ou sociedade empresária:

- (A) ponto.
- (B) atividade econômica desenvolvida profissionalmente.
- (C) estabelecimento.
- (D) patente.

59. Tratando-se de sociedade em comum, enquanto não inscritos os atos constitutivos, exceto por ações em organização, a sociedade será regida pelas disposições constantes do Código Civil, observadas, subsidiariamente e no que com ele forem compatíveis, as normas da sociedade

- (A) em comandita simples.
- (B) simples.
- (C) anônima.
- (D) em nome coletivo.

- 60.** A marca usada para atestar a conformidade de um produto ou serviço com determinadas normas e especificações técnicas, notadamente quanto à qualidade, natureza, material utilizado e metodologia empregada, nos termos da lei, é considerada marca
- (A) de conformidade.
 - (B) coletiva.
 - (C) de produto ou serviço.
 - (D) de certificação.
- 61.** Nos títulos de crédito, segundo a disciplina que lhe confere o Código Civil, o aval posterior ao vencimento
- (A) é nulo de pleno direito.
 - (B) produz os mesmos efeitos do anteriormente dado.
 - (C) produz efeito de cessão civil de crédito.
 - (D) é ineficaz.
- 62.** Assinale a alternativa que está em consonância com a lei que rege a recuperação judicial, extrajudicial e a falência do empresário ou sociedade empresária.
- (A) A ação revocatória, objetivando a revogação de atos praticados com a intenção de prejudicar credores, deverá ser proposta pelo administrador judicial, por qualquer credor ou pelo Ministério Público, no prazo de 3 anos, contados do pedido de falência.
 - (B) Estão sujeitos à recuperação extrajudicial todos os créditos existentes na data do pedido, salvo os de natureza tributária, com preferência no pagamento dos créditos derivados da legislação do trabalho ou decorrentes de acidente do trabalho.
 - (C) É vedado ao devedor, regularmente citado no processo de falência, pleitear sua recuperação judicial dentro do prazo da contestação.
 - (D) Os coobrigados solventes e os garantes do devedor ou dos sócios ilimitadamente responsáveis podem habilitar o crédito correspondente às quantias pagas ou devidas, se o credor não se habilitar no prazo legal.
- 63.** Na sociedade limitada,
- (A) são revogáveis os poderes do sócio investido na administração por cláusula expressa do contrato social, inclusive por justa causa, independentemente de reconhecimento judicial, desde que assim decida a maioria absoluta dos sócios.
 - (B) no silêncio do contrato, os administradores podem praticar todos os atos pertinentes à gestão, inclusive quanto à oneração ou à venda de bens imóveis.
 - (C) o sócio, admitido em sociedade já constituída, não se exime das dívidas anteriores à admissão.
 - (D) as deliberações serão tomadas por maioria de votos, contados segundo o número de sócios, independentemente de seu comparecimento em assembleia.
- 64.** Dentre as medidas judiciais previstas nas alternativas a seguir, aquela que se mostra mais adequada ao contribuinte que se insurge contra a publicação, em jornal de grande circulação, de ato governamental que aumenta a alíquota do IPVA (imposto sobre a propriedade de veículos automotores) é a ação
- (A) declaratória de inexistência de relação jurídico-tributária.
 - (B) de repetição de indébito.
 - (C) anulatória de lançamento tributário com depósito do montante integral.
 - (D) anulatória de débito fiscal.
- 65.** Considerando a situação hipotética na qual determinado Município pretenda dispensar do pagamento do IPTU (imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana) os aposentados que só possuam um imóvel,
- (A) não poderá fazê-lo, por afronta ao princípio da isonomia tributária, visto que a liberalidade alcançará somente determinada categoria de pessoas.
 - (B) estará caracterizada uma situação de imunidade em razão de expressa previsão constitucional nesse sentido.
 - (C) deverá fazê-lo mediante lei isentante, excluindo o crédito tributário.
 - (D) não poderá fazê-lo, por se tratar de situação na qual a Constituição Federal impede o exercício do poder de tributar.
- 66.** De acordo com o regramento constitucional, é correto afirmar, a respeito do ICMS (imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviço de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação), que atenderá ao seguinte:
- (A) poderá ser seletivo, em função da essencialidade das mercadorias e dos serviços.
 - (B) poderá ser cumulativo, compensando-se o que for devido em cada operação relativa à circulação de mercadorias ou prestação de serviços com o montante cobrado nas anteriores pelo mesmo ou outro Estado ou pelo Distrito Federal.
 - (C) a isenção ou não incidência, salvo determinação em contrário da legislação, não acarretará a anulação do crédito relativo às operações anteriores.
 - (D) a isenção ou não incidência, salvo determinação em contrário da legislação, implicará crédito para compensação com o montante nas operações ou prestações seguintes.

67. Acerca das garantias do juízo na Execução Fiscal, é correto afirmar que
- (A) a penhora, em qualquer hipótese, não poderá recair sobre plantações.
 - (B) excepcionalmente a penhora poderá recair sobre edifícios em construção.
 - (C) o executado não poderá indicar à penhora bens oferecidos por terceiros, ainda que aceitos pela Fazenda Pública.
 - (D) o executado não poderá pagar parcela da dívida que entenda incontroversa e garantir a execução do saldo devedor.
68. A respeito das preferências do crédito tributário na falência, é correto afirmar que
- (A) a multa tributária prefere apenas aos créditos quirografários.
 - (B) a multa tributária prefere aos créditos com privilégio geral.
 - (C) são considerados concursais os créditos tributários decorrentes de fatos geradores ocorridos no curso do processo de falência.
 - (D) o crédito tributário não prefere às importâncias passíveis de restituição.

Direito Ambiental

69. Considera-se infração administrativa ambiental toda ação ou omissão que viole as regras jurídicas de uso, gozo, promoção, proteção e recuperação do meio ambiente e será punida, entre outras, com a(s) seguinte(s) sanção(ões):
- (A) apreensão dos animais, produtos ou subprodutos da fauna e flora, instrumentos e petrechos, o que não inclui os equipamentos ou veículos de qualquer natureza utilizados na infração.
 - (B) destruição e inutilização do produto e multa diária, sendo esta última aplicada sempre que o cometimento da infração se prolongar no tempo.
 - (C) demolição e embargo da obra, sendo defeso o embargo de atividade, que deverá ser coibida por meio de tutela inibitória.
 - (D) advertência e multa simples, que serão aplicadas somente nos casos de inobservância das normas da Lei n.º 9.605/1998.

70. Às Unidades de Conservação, configuradas como espaços territoriais e seus recursos ambientais protegidos, com objetivos de conservação e limites definidos, aplica-se regime especial de administração, respeitadas, entre outras, diretrizes que

- (A) gerem incentivo às populações tradicionais e às organizações sociais a estabelecerem e administrarem unidades de conservação dentro do sistema nacional, bem como garantia de participação efetiva das populações locais, ao menos na criação das unidades de conservação.
- (B) busquem a representação de amostras significativas e ecologicamente viáveis das diferentes populações urbanas, habitats e ecossistemas do território nacional e das águas jurisdicionais, de forma a salvaguardar o patrimônio biológico existente.
- (C) garantam a adequada alocação de recursos financeiros necessários de forma que, uma vez criadas, e respeitadas as conveniências da administração, as unidades de conservação sejam geridas com recursos próprios, bem como com o resultado do uso sustentável dos recursos naturais e demais componentes da unidade de conservação protegida.
- (D) busquem proteger grandes áreas por meio de um conjunto integrado de unidades de conservação de diferentes categorias, próximas ou contínuas, e suas respectivas zonas de amortecimento e corredores ecológicos, integrando as diferentes atividades de preservação da natureza, uso sustentável de recursos naturais, restauração e recuperação do ecossistema.

71. São instrumentos da política urbana:

- (A) o parcelamento, a edificação ou a utilização compulsórios do solo não edificado, subutilizado ou não utilizado, a depender de decreto municipal para área incluída no plano diretor.
- (B) o plano nacional de ordenação do território e de desenvolvimento econômico e social e, no âmbito do planejamento municipal, em especial o plano diretor e o zoneamento ambiental, excluindo-se os planos, programas e projetos setoriais.
- (C) o plano nacional de ordenação do território e de desenvolvimento econômico e social e, no âmbito municipal, em especial o plano diretor, excluindo-se a concessão de direito real de uso de imóveis públicos que não poderá ser contratada coletivamente.
- (D) o imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana – IPTU e a contribuição de melhoria, configurados como institutos tributários e financeiros.

72. Quanto à responsabilidade decorrente dos resíduos sólidos pós-consumo, é correto afirmar que

- (A) as embalagens devem ser fabricadas com materiais que propiciem a reutilização ou a reciclagem, sendo responsável todo aquele que manufatura embalagens ou fornece materiais para a fabricação de embalagens, coloca em circulação embalagens, materiais para a fabricação de embalagens ou produtos embalados, em qualquer fase da cadeia de comércio.
- (B) para fortalecer a responsabilidade compartilhada e seus objetivos, a responsabilidade dos fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes abrange o compromisso de recolhimento somente dos resíduos e das embalagens remanescentes após o uso, bem como a sua destinação ambientalmente adequada, no caso dos produtos sujeitos à logística reversa.
- (C) a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos, a ser implementada de forma individualizada e encadeada, abrange distribuidores e comerciantes, consumidores e titulares de serviços públicos de limpeza urbana, bem como fabricantes e importadores, cabendo a todos o desenvolvimento de produtos que gerem, gradativamente, nos termos da lei, menos resíduos.
- (D) o compromisso dos fabricantes e importadores, comerciantes e distribuidores é de, quando firmados acordos ou termos de compromisso com o Município, participar das ações previstas no plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos no caso de produtos incluídos no sistema de logística reversa.

73. A Constituição Federal de 1988 previu a obrigatoriedade para o Poder Público de controle das substâncias que comportem risco para a vida, a qualidade de vida e o meio ambiente, de forma que, quanto aos agrotóxicos, é correto afirmar que

- (A) o registro dos agrotóxicos é condição para sua produção e comercialização no território nacional e deve ser reatualizado no órgão ambiental municipal ou, na sua falta, no órgão estadual competente.
- (B) tal obrigatoriedade abarca o controle dos agrotóxicos e seus componentes, incluindo os princípios ativos, os produtos técnicos, suas matérias-primas, os ingredientes inertes e aditivos usados na fabricação de agrotóxicos e afins.
- (C) a tramitação do procedimento de registro de agrotóxicos divide-se em duas fases: a avaliação técnico-científica e o deferimento ou indeferimento do pedido, sendo certo que a inobservância dos prazos confere ao solicitante o direito de obtenção do registro provisório.
- (D) uma vez protocolado, o pedido de registro será publicado no Diário Oficial da União, devendo constar da publicação os resultados dos testes efetuados, bem como a indicação da destinação final do produto.

Direito Administrativo

74. Assinale a alternativa correta a respeito do instituto da desapropriação.

- (A) A desapropriação por interesse social do imóvel rural que não cumpra sua função social importa prévia e justa indenização em títulos da dívida agrária, e as benfeitorias úteis e necessárias serão indenizadas em dinheiro.
- (B) A desapropriação de imóveis urbanos não utilizados ou mal utilizados pode ser efetivada pelos Estados ou pelos Municípios.
- (C) O poder expropriante terá o prazo de cinco anos, contados da publicação da declaração expropriatória para efetivar a desapropriação por interesse social.
- (D) O decreto expropriatório permite ao poder expropriante penetrar no imóvel atingido pelo decreto para fazer avaliações e verificações por meio da imissão provisória na posse.

75. No direito administrativo brasileiro, o poder de polícia

- (A) manifesta-se primordialmente de forma repressiva, ficando o exercício da forma preventiva a cargo da polícia judiciária.
- (B) é veiculado por meio de atos concretos e específicos, jurídicos ou materiais, sendo vedado o seu exercício por meio de atos normativos de alcance geral.
- (C) pode ensejar ao particular, em virtude de seu descumprimento, sanções de ordem penal, podendo responder pelos crimes de resistência, desobediência ou desacato.
- (D) não autoriza a aplicação de sanções, tais como demolição de construção, fechamento de estabelecimento ou destruição de objetos, sem a intervenção do Judiciário.

76. Assinale a alternativa que apresenta duas características da competência do ato administrativo.

- (A) Imperatividade e finalidade.
- (B) Limitabilidade e hierarquia.
- (C) Hierarquia e finalidade.
- (D) Inderrogabilidade e improrrogabilidade.

77. No caso de contratação a ser feita por sociedade de economia mista com suas subsidiárias e controladas, para a aquisição ou alienação de bens, prestação ou obtenção de serviços, nos termos da Lei n.º 8.666/93, é correto afirmar que
- (A) é dispensável a licitação, desde que o preço contratado seja compatível com o praticado no mercado.
 - (B) é inexigível a licitação, independentemente do preço da contratação do bem ou do serviço.
 - (C) a licitação deverá, obrigatoriamente, ser realizada na modalidade de tomada de preços.
 - (D) a contratação deve ser feita por meio de licitação, necessariamente, quando o valor do bem ou do serviço for superior a oito mil reais.
78. Considerando os instrumentos de garantia dos administrados aplicáveis ao controle judicial da administração pública, assinale a alternativa correta.
- (A) Não cabem, no processo de mandado de segurança, a interposição de embargos infringentes e a condenação ao pagamento dos honorários advocatícios, sem prejuízo da aplicação de sanções no caso de litigância de má-fé.
 - (B) O *habeas corpus* em face de constrangimento ilegal praticado por membros do Tribunal de Contas do Estado ou de Conselho de Contas do Município será processado e julgado pelo Tribunal de Justiça do Estado.
 - (C) Na ação civil pública, a sentença que julgar o pedido improcedente por falta de provas, transitada em julgado, produzirá coisa julgada *erga omnes*, impedindo que nova ação seja ajuizada com o mesmo fim.
 - (D) A responsabilidade do agente público a ser apurada por meio da ação de improbidade administrativa tem como pressupostos indispensáveis o enriquecimento ilícito e o dano ao erário.
79. Considerando o disposto na Lei de Responsabilidade Fiscal, é correto afirmar que
- (A) é vedada a entrega voluntária de recursos correntes ou de capital a outro ente da Federação, a título de cooperação, auxílio ou assistência financeira, que não decorra de determinação constitucional ou legal.
 - (B) se considera obrigatória de caráter continuado a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios.
 - (C) para os fins do disposto na Constituição Federal, a despesa total com pessoal para os Municípios, em cada período de apuração, não poderá exceder cinquenta por cento da sua receita corrente líquida.
 - (D) o somatório das receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais, industriais, agropecuárias, de serviços, transferências correntes e outras receitas também correntes denomina-se receita fiscal global.
80. A propósito da concessão de serviços públicos, assinale a alternativa correta.
- (A) A alteração de alíquota do imposto sobre a renda, após a apresentação da proposta de concessão, quando comprovado seu impacto, implicará a revisão da tarifa, para mais ou para menos, conforme o caso.
 - (B) As disputas decorrentes ou relacionadas ao contrato de concessão não poderão ser resolvidas por meio do emprego de mecanismos privados, devendo ser submetidas ao Poder Judiciário brasileiro.
 - (C) A concessionária poderá contratar com terceiros o desenvolvimento de atividades inerentes, acessórias ou complementares ao serviço concedido, sendo, entretanto, expressamente vedada a subconcessão do serviço.
 - (D) Incumbe ao poder concedente zelar pela boa qualidade do serviço, receber, apurar e solucionar queixas e reclamações dos usuários, que serão cientificados, em até trinta dias, das providências tomadas.

